

## **POLÍTICAS PÚBLICAS E A ESCOLA DE FARMÁCIA DE OURO PRETO: ENTRE A MUDANÇA E A RESISTÊNCIA (1891-1910)**

Leandro Silva De Paula  
Universidade Federal de Juiz de Fora  
Mestrando em Educação  
leandroufop204@yahoo.com.br

### **Resumo**

Este trabalho é uma análise de caso de uma importante instituição de ensino superior da história do Brasil, a Escola de Farmácia de Ouro Preto. Ao tentar compreender quais eram os objetivos desejados e as conseqüências reais das reformas Benjamin Constant e Eptácio Pessoa nessa instituição, este estudo visa contribuir para os debates na área da história da educação e reformas educacionais, incentivando a realização de futuras pesquisas.

**Palavras-chave:** história da educação, classe farmacêutica, políticas públicas

### **INTRODUÇÃO**

Esta pesquisa é um estudo de caso que tem como objetivo identificar os impactos provocados pelas duas primeiras reformas do período republicano em uma instituição de ensino superior, a Escola de Farmácia de Ouro Preto, e apontar quais foram as reações da classe farmacêutica diante tais mudanças. Realizaremos tal análise a partir do referencial da Nova História Política, que segundo Julliard, teria como principal problemática o poder, que seria identificado como um tipo de relação social, manifestado de diferentes formas.

Vários trabalhos na área de história da educação analisando as relações entre o meio escolar e as formas sociais e políticas observam a existência de formas de dominação e exercício de poder nessas relações. Logo, uma instituição educacional está inserida em relações de forças.

“Como modo de socialização específico, isto é, como espaço onde se estabelecem formas específicas de relações sociais, ao mesmo tempo que transmite saberes e conhecimentos, a escola está fundamentalmente ligada a formas de exercício de poder.” (Veiga, 2003, 28)

Ao falar de instrução pública, nosso objetivo fundamental é discutir os elementos políticos em torno desse tema, além de identificar as relações de poder existentes no ambiente escolar. Para isso será necessário investigar os documentos existentes sobre esse assunto, com o intuito de compreender como se deu a aplicação da legislação, decretos e regulamentos no curso farmacêutico de Ouro Preto, identificando quais foram às(as) mudanças provocadas e as respostas a estas pelo grupo envolvido com esta instituição.

Para a análise da legislação dessa escola, deve-se levar em consideração as idéias e as recentes contribuições da “nova história política”, compreendendo que a história política não abrange apenas a elite que elabora as leis, mas também a população que as cumpre ou desobedece, mostrando seu

descontentamento, devido a uma série de fatores e valores.

Esta análise é fortemente influenciada pelo estudo do universo simbólico, procurando, ao estudar o poder e a elaboração de leis, resgatar a ação política humana no tempo, as emoções dos grupos estudados, além das diferentes reações dos atores envolvidos nesse processo que podem demonstrá-las de diversas formas. Na instituição de ensino estudada se pode observar que o cumprimento da lei era de fundamental importância para preservar a legitimidade do curso, uma vez que, esta escola tinha que respeitar a equiparação exigida desse curso em relação aos congêneres oficiais do RJ e da BA, para que ele fosse reconhecido. No cotidiano da escola observa-se uma grande obediência por parte dos membros desta instituição à legislação. Existindo hierarquias a serem respeitadas, regras a serem obedecidas e todo um aparato burocrático, legitimado em decretos e regulamentos, que coordenam as interações dos atores e o

funcionamento da instituição escolar, que são obedecidos devido a um poder simbólico existente. Poder simbólico que Bourdieu afirma ser uma forma transfigurada e legitimada das outras formas de poder sendo este o exercido no sistema de ensino. Este poder permite que se consiga o desejado sem muito gasto de energia, graças ao efeito específico de mobilização. Todo poder verdadeiro age enquanto poder simbólico, sendo que sua ordem torna-se eficiente, já que aqueles que a executam a reconhecem e crêem nela prestando-lhe obediência. Porém, nenhuma instituição de ensino está isenta de perturbações; a existência de pequenos conflitos e de divergências de idéias no ambiente educacional é freqüente e normal; entretanto, se eles não são resolvidos e se tornam constantes, acabam crescendo, intensamente, e se transformando em relações de poder antagônicas e conflitantes.

O período da Primeira República é um momento em que a harmonia existente no cotidiano da Escola de Farmácia é fortemente balançada, uma

vez que, a partir do momento que a legitimidade dos títulos de farmacêutico de Ouro Preto é fortemente questionado, devido ao artigo 7 do decreto 1270 de 10 de janeiro de 1891 e depois com a implantação da reforma de 1901- “Código Epitácio Pessoa” começa a ocorrer uma série de protestos por parte dos alunos, funcionários e pela classe farmacêutica em geral que teve que se unir para mostrar a sua reivindicação em relação a estas reformas.

A união da classe farmacêutica de Ouro Preto foi possível graças ao fato dos membros desse grupo estarem inseridos em um mesmo espaço social e possuírem os mesmos interesses. Bourdieu trabalha com essa noção de espaço social, comparando-a com o espaço geográfico composto por regiões, sendo que quanto mais próximo estiverem os grupos e instituições existentes mais semelhanças e propriedades eles têm em comum. Ele considera o espaço social como algo que não se pode tocar, mas que é real e organiza as práticas e as representações que os agentes sociais podem ter dele,

ou seja, através desses espaços se podem construir classes teóricas. No entanto, a proximidade espacial não garante automaticamente a unidade de um grupo, mas define uma potencialidade objetiva de existência desse.

Essa pesquisa trabalha com o conceito de classe farmacêutica, levando em consideração que uma profissão pode ser considerada um grupo social portador de um tipo de capital diferenciado que é o cultural, com um espaço social específico<sup>1</sup>, caracterizado por relações cuja base é a profissão. A profissão de farmacêutico, assim como as demais, é uma forma de agrupamento muito fluída, mas, distinguida por alguns critérios como a formação prática que eles possuem, a posse de diplomas legitimados por instituições de ensino superior, um domínio cultural e técnico em comum a eles e a necessidade do uso socialmente responsável dessas qualificações.

A união dessa classe profissional e todas as reações adotadas por esse grupo para mostrar sua reivindicação

mostram um rompimento com o poder simbólico de uma outra classe que detêm o poder, o qual está organizado de forma impessoal no Estado, sendo esse um centro de poder, que através da legislação implanta uma série de medidas a serem acatadas pelos farmacêuticos. A partir desse momento, o poder simbólico que existia nesta instituição deixa de ser reconhecido incontestavelmente por todos, uma vez que, essa classe se sente prejudicada com as reformas e adota uma série de medidas para mostrar sua resistência, ou seja, o poder simbólico existente nessa instituição dá lugar a um conflito de idéias.

Todas essas reações da classe farmacêutica diante dos impactos das reformas educacionais no período de 1891 a 1911 mostram a forte ligação entre um grupo profissional e a sua formação educacional, que será analisada nessa pesquisa a partir da concepção do conceito de jurisdição, compreendido como uma relação que se estabelece entre um grupo profissional e a sua área de conhecimento. Esse termo é fundamental para compreensão de

diversos conflitos sociais existentes dentro de uma profissão e entre ela e as outras, uma vez que, através desse vínculo com a profissão é que se explica a luta pela monopolização de espaços sociais, entre as diversas jurisdições.

### **AS REFORMAS EDUCACIONAIS NO ENSINO SUPERIOR (1891-1910)**

A Escola de Farmácia de Ouro Preto, criada em 1839 é o primeiro estabelecimento de ensino superior oficial da província mineira e o mais antigo curso de farmácia, desvinculado do curso de medicina, da América do Sul. Durante um longo período do século XIX, a Escola passou por sérias dificuldades e várias reformas. O curso deveria ser equiparado aos congêneres das faculdades de Medicina oficiais, para que os diplomas de farmacêutico fossem reconhecidos. Em 1883 a Escola de Farmácia consegue legitimar os diplomas dos alunos e em 1891 consolida essa conquista, se tornando o único estabelecimento de ensino que teve sua equiparação desde o período

imperial. Após a proclamação da república, a Escola foi remodelada em 1891, o que trouxe várias melhorias para o curso como: A instalação de novos laboratórios, novos equipamentos e também mudanças no currículo e nos exames preparatórios necessários para a admissão na instituição. O início do Período Republicano foi grandioso para a escola, porém, em 1901 surge o Código do Ensino, Reforma Epiácio Pessoa, que reduziu a duração do curso de farmácia, causando assim indignação aos alunos, à classe farmacêutica e às autoridades. Ocorreram, além disso, mudanças que impactaram a escola em vários aspectos, modificando o regulamento da instituição e a formação dos farmacêuticos. Assim, este projeto pretende analisar os impactos causados pelas reformas educacionais ocorridas nas primeiras décadas da República Velha (1891-1910), revelando as intenções do ideal republicano em volta dessas reformas.

O princípio do século XX é marcado por uma oscilação entre o processo de expansão e contenção do ensino superior. Nas primeiras décadas

da República se pode observar mudanças nas condições de admissão no ensino que levaram a maior facilidade de acesso, como também a multiplicação de instituições de ensino superior, devido o aumento da procura por parte da sociedade e pela luta por parte de liberais e positivistas pelo “ensino livre”.

Ao analisar a história do ensino superior na Primeira República, inicialmente deve se destacar dois aspectos. O primeiro é o fato de que esse foi um período marcado pelo aumento da procura de educação secundária e superior. Essa procura ocorreu principalmente por parte dos filhos de latifundiários buscando formação educacional e prestígio familiar, além de usar isso como estratégia para prevenir futuras perdas sociais e econômicas. Mas, também essa busca por escolarização aumentou por parte dos trabalhadores urbanos e colonos estrangeiros que queriam seus filhos nas escolas para que aumentasse suas chances para alcançar melhores condições de vida.

O segundo aspecto diz respeito à tendência observada nesse período por parte da União de sempre procurar conservar a sua função normativa e fiscalizadora em relação a vários aspectos educacionais, principalmente na vigilância em relação aos padrões que as escolas superiores particulares e estaduais deveriam seguir como modelo.

As duas primeiras reformas educacionais provocaram mudanças profundas no ensino farmacêutico. O objetivo dessa pesquisa é investigar tais mudanças.

### **OS IMPACTOS DA REFORMA BENJAMIN CONSTANT NA ESCOLA DE FARMÁCIA DE OURO PRETO.**

A escola de Farmácia de Ouro Preto, instituição que desde 1882 conseguiu uma declaração que validava em todo o Império os diplomas de farmacêutico conferidos por ela. Durante toda a Primeira República teve que lutar para que esse direito fosse garantido.

Após a proclamação da república, sendo governador do Estado o Dr Augusto de Lima, foi a Escola remodelada pelo decreto número 534, de 10 de julho de 1891. A primeira mudança provocada por esta reforma, que iremos destacar, foi a implantação dos exames preparatórios de trigonometria (noções), física, química

e história natural para o ingresso nessa instituição. A tabela abaixo mostra a diferença dos exames preparatórios antes e depois dessa reforma.

Exames preparatórios necessários para o ingresso na Escola de farmácia de Ouro Preto:

Ano de 1889 ( antes da reforma)	Ano de 1891 (após a reforma)
Português	Português
Francês	Francês
Aritmética	Aritmética
Álgebra até equações do 2 grau	Álgebra até equações do 2 grau
Geometria plana e no espaço	Geometria plana e no espaço
Geografia	Geografia
	trigonometria (noções)
	Física
	Química
	história natural

Reorganizada pela lei número 41, de três de agosto de 1892, a Escola de Farmácia passou a ser regida por um novo regulamento, baixado com o decreto número 600 de 2 de janeiro. Com esta reforma a escola passou a fornecer dois diplomas: o de farmacêutico, com duração de três anos

e o de bacharel em ciências naturais e farmacêuticas aos que além dos três anos cursassem a quarta série e defendesse tese.

A tabela abaixo é referente aos impactos dessa reforma na grade curricular

<b>Ano de 1889</b> <b>(antes da reforma)</b>	<b>Cadeiras do curso</b>	<b>Ano de 1893</b> <b>(após a reforma)</b>	<b>Cadeiras do curso</b>
1° ano	Física médica	1° série	Física
1° ano	Química mineral e noções de mineralogia	1° série	Química inorgânica e Mineralogia
2° ano	Botânica e zoologia	2° série	Botânica e zoologia
2° ano	Química orgânica e biológica	2° série	Química orgânica e noções de Química biológica
3° ano	Matéria médica especialmente brasileira	3° série	Matéria médica e Terapêutica
3° ano	Toxicologia e estudo das falsificações dos principais gêneros alimentícios	3° série	Química analítica e Toxicologia
3° ano	Farmácia teórica e prática	3° série	Farmácia teórica e prática
		4° série (Bacharelado)	Anatomia descritiva e história natural médica.
		4° série (Bacharelado)	Fisiologia, Química Biológica e Medicina Judiciária.

Essa primeira reforma do Período Republicano trouxe várias

melhorias para o curso como: A instalação de novos laboratórios, novos

equipamentos e também mudanças no currículo e nos exames preparatórios necessários para a admissão na instituição.

### **REFORMA EPITÁCIO PESSOA**

No dia 1 de janeiro de 1901, o presidente do Brasil Campos Salles, com o apoio do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Epiácio Pessoa, resolve aprovar o código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário, através do decreto número 3890 desta data. Seguido do decreto nº 3.902 de 12/01/1901, que estabeleceu um novo regulamento para as faculdades de medicina que voltaram a ser denominadas Faculdade de

Medicina da Bahia e Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

### **IMPACTOS NA ESCOLA DE FARMÁCIA DE OURO PRETO.**

Antes da reforma Epiácio Pessoa a organização e funcionamento da Escola de Farmácia estava em um período de grandes realizações. Porém com o decreto 3890 de 1 de janeiro de 1901, reduziu consideravelmente o curso de farmácia, o que causou indignação e revolta nos alunos, professores e na classe farmacêutica em geral.

Os exames preparatórios sofreram uma brusca mudança se comparado com os exigidos anteriormente. Observe a tabela abaixo:

Exames preparatórios exigidos no ano de 1899.	Exames preparatórios exigidos no ano de 1907.
Português; Francês; Aritmética; Álgebra (toda álgebra); Geometria (toda a geometria); Trigonometria;	Português; Francês (feitos em provas escritas e orais); Aritmética (prática); Álgebra até equações do 1º grau; Geometria plana; Elementos de física e química;

<p>Chorografia do Brasil;                  História do Brasil;                  Física;                  Química;                  Zoologia;                  Botânica;                  Mineralogia;                  Geologia.                  OBS: Todas estas matérias eram feitas em provas escritas e orais.</p>	<p>Elementos de historia natural.</p>
---	---------------------------------------

O mesmo ocorreu com as cadeiras do curso:

Cadeiras do curso farmacêutico no ano de 1893.	Cadeiras do curso farmacêutico no ano de 1907.
<p>1° ano:                   Física; Química inorgânica e mineralogia.</p>	<p>1° ano:                   história natural médica, química mineral, matéria médica e farmácia.</p>
<p>2° ano:                   Botânica e zoologia; Química orgânica e noções de Química biológica.</p>	<p>2° ano:                   Química médica e farmacologia.</p>
<p>3° ano:                   Matéria médica e terapêutica; Química analítica e toxicologia; Farmácia teórica e prática.</p>	
<p>4° ano (Bacharelado): Anatomia descritiva e</p>	

história natural médica; Fisiologia, Química Biológica e Medicina Judiciária.	
---	--

Nesta pesquisa o recorte temporal foi pensado levando-se em conta a abordagem dos impactos causados pelas reformas Benjamin Constant 1891 e Eptácio Pessoa 1901, abarcando um período que vai de 1891 até 1910 (ano em que começa a Reforma Rivadávia Corrêa). Fazendo a todo o momento, um processo de comparação da estrutura e do funcionamento da Escola de Farmácia antes e depois das mudanças causadas pela reforma de 1901.

Entre os objetivos se pode destacar: A intenção de discutir em que termo se deu as reformas educacionais no período da Primeira República no ensino superior do estado de Minas Gerais, identificando quais eram os objetivos desejados e quais foram às conseqüências reais destas propostas; a contribuição que tal pesquisa vai proporcionar para os debates no campo da História da Educação referentes às reformas do ensino superior no período da República Velha, através da análise

dos impactos das reformas Benjamin Constant e Eptácio Pessoa na Escola de Farmácia de Ouro Preto e a tentativa de compreender os motivos das reformas e o contexto republicano através da documentação do arquivo da escola e dos relatórios do presidente de Estado de MG, reconstituindo o cotidiano escolar antes e depois de 1901, ano em que entrou em vigor o contraditório “Código do Ensino”, que gerou vários protestos por parte dos alunos e da classe farmacêutica.

### **Abstract**

This present study is a case analysis of an important institution of undergraduate education in history of Brazil, the Pharmacy School of Ouro Preto. By attempting to understand which were the aimed goals and the real consequences of both the Benjamin Constant and Eptácio Pessoa reformations at the above mentioned institution, the present study intends to contribute to the debates in the history of education and educational reforms fields, promoting future researches to come true.

**Key words:** history of education, pharmaceutical class, public politics

## BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, C. B. S. *Fatos e personagens da história da medicina e da farmácia no Brasil*. ver. Continente Ed. 1979.v.1.

DIAS, J. R. *Apontamentos históricos do sesquicentenário da Escola de Farmácia de Ouro Preto*. Ouro Preto: UFOP/ Escola de Farmácia, 1989.

FÁVERO, O. (org.) *A Educação nas constituintes brasileiras 1823-1988*. Campinas, SP: Ed. Autores Associados, 1996.(Col. Memória da Educação).

NAGLE, J. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo, EPU/ Editora da USP, 1974.

NAGLE, J. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, B. (org.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano*. 4.ed. t. III, 2.v. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

VEIGA, C, G. e FONSECA, T. N. L. (org.). *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.